

CONTRATO CEDAE N.º
(DSG)

153

/2019

Contrato que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **WALDESA MOTOMERCANTIL LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seus Diretores ao final assinados, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, e Sr. MARCOS ABI-RAMIA CHIMELLI, Diretor de Saneamento e Grande Operação, doravante denominada **CEDAE**, e a **WALDESA MOTOMERCANTIL LTDA**, sediada na Av. Lourenço de Souza Franco nº 1.130, Jundiapéba, Mogi das Cruzes – SP, CEP: 08.750-560, inscrita no CNPJ sob nº 05.049.535/0001-70, neste ato por meio de seu Sócio Administrador ao final assinado, Sr. FÁBIO SÉRGIO SALARO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 048.047.648-95, portador do RG nº 7.993.178-9, residente e domiciliado na Alameda Franca, nº 535 – Ap. 01, Cerqueira César, São Paulo – SP, CEP: 01.422-000 daqui por diante denominada **CONTRATADA**, têm entre si, na conformidade do que consta do **Processo nº E-07/100.873/2018** relativo ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº 611/2019** que se regerá pelas normas da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo que dispõe o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE – RILC, pelos preceitos de direito privado, pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002 e pela Lei Complementar Federal nº 123/06, estando sujeito às disposições da Lei Estadual 7.539 de 27 de março de 2017, além das demais disposições legais aplicáveis, pelos preceitos de direito privado, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE INVERSORES DE FREQUÊNCIA COM CLP INCORPORADO PARA ACIONAMENTO, AUTOMAÇÃO E CONTROLE DE VELOCIDADE DE MOTORES ELÉTRICOS"**, item 09, conforme Termo de Referência, que passa a integrar a presente contratação embora não transcrito.

Itens	Descrição	Marca/modelo	Quant. (UN)
09 (Cota Principal)	INVERSOR DE FREQUÊNCIA COM FUNÇÃO CLP INTEGRADO PARA MOTOR DE 250 CV – 312 A – 60 Hz – 440 V.	WEG/ CFW110312	12

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de entrega será de **120 (cento e vinte) dias**, contados a partir da data indicada na Ordem de Fornecimento, que poderá ser emitida após a assinatura do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O decurso do prazo estipulado não acarretará, por si só, a resolução do ajuste, continuando as partes contratualmente obrigadas até que se opere o aceite definitivo do objeto, respondendo a **CONTRATADA** pela mora a que der causa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo ora previsto poderá ser alterado por acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, devendo ser observado, neste caso, o disposto no art. 205 do RILC.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato por ordem da CEDAE, o prazo de execução será automaticamente prorrogado por igual período, bastando o registro formal de interrupção no processo administrativo, conforme art. 206 do RILC.

PARÁGRAFO QUARTO - A prorrogação de prazo formalizada por culpa da **CONTRATADA** impedirá que o período acrescido à execução seja considerado para fins de reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA**, documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados à execução satisfatória do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar os bens observando a quantidade, qualidade, local e prazos especificados no termo de referência desta contratação, cujo teor integra o presente ajuste;
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do contrato;
- d) comunicar o Fiscal do contrato, por escrito, sobre qualquer problema ou impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte, e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;



- f) indenizar todo e qualquer prejuízo causado à CEDAE ou a terceiros pela má execução do contrato;
- g) atender, em prazo razoável, a todas as determinações formuladas pela Comissão de fiscalização da **CEDAE**; e
- h) manter as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação durante todo o período de vigência contratual.
- I) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- J) responder pelo contrato na forma da lei.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

A **CONTRATADA** se obriga a executar o objeto em regime de fornecimento integral, pelo preço de **R\$ 308.633,04 (trezentos e oito mil, seiscentos e trinta e três reais e quatro centavos)**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O preço ajustado inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2019**, assim classificados:

Programa do Trabalho: 1200226064
Código Orçamentário: 44.90.52.21
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 141110011
Centro de Custos: DS03000000
ID da Reserva Orçamentária: 2019000836

CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

O(s) pagamento(s) à **CONTRATADA** será(ão) realizado(s) no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório previsto na cláusula décima quinta, conforme informações prestadas às fls. 868 e 878 do processo administrativo de referência.

Itens	Descrição	Marca/mod elo	Quant. (UN)	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
09 (Cota Principal)	INVERSOR DE FREQUÊNCIA COM FUNÇÃO CLP INTEGRADO PARA MOTOR DE 250 CV – 312 A – 60 Hz – 440 V.	WEG/ CFW110312	12	25.719,42	308.633,04
TOTAL					308.633,04

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que

anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 05 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A fiscalização efetuada pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

PARÁGRAFO QUARTO - A verificação, pela Comissão de Fiscalização, de qualquer irregularidade no(s) objeto(s) entregue(s) **impedirá o seu recebimento provisório**, ficando consequentemente suspenso o prazo para pagamento, que somente voltará a correr quando solucionado o problema.

PARÁGRAFO QUINTO - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação formal da **CONTRATADA** acerca da irregularidade/pendência constatada, podendo ser realizada por meio de correspondência eletrônica.

PARÁGRAFO SEXTO - Os pagamentos devidos serão efetuados pela **CEDAE** mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato, serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, *pro rata die*. *Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.*

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação na execução deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

PARÁGRAFO ÚNICO – As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

O valor do fornecimento será irrevogável durante toda vigência deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

PARÁGRAFO QUARTO - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à CONTRATADA pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;
- ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
- iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e

v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula décima oitava, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

PARÁGRAFO QUINTO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;

PARÁGRAFO SEXTO - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e

b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

PARÁGRAFO OITAVO - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

PARÁGRAFO NONO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula décima oitava, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

I - ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;

II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou

III – decisão judicial ou arbitral.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da **CEDAE**, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

PARÁGRAFO QUARTO - A rescisão por ato unilateral da **CEDAE**, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CEDAE** se reserva o direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

PARÁGRAFO SEXTO - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá prestar garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 70 da Lei 13.303/16.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da CEDAE, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO QUARTO - A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela CEDAE.

PARÁGRAFO QUINTO - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da CEDAE à **CONTRATADA**, em valor total superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

PARÁGRAFO SEXTO - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

PARÁGRAFO OITAVO - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

PARÁGRAFO NONO - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo XI do Edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a **CEDAE** a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO - A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DO OBJETO

A aceitação provisória nos contratos de aquisição ocorrerá conforme o número de parcelas de fornecimento, mediante o recebimento do material no almoxarifado da Companhia ou fora deste, observando-se os seguintes procedimentos:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os materiais e equipamentos entregues no almoxarifado serão recepcionados e devidamente conferidos pelo Chefe do Almoxarifado. Em seguida, deverão sofrer inspeção técnica por parte do Departamento de Pesquisa de Material – GSU-2 e, posteriormente, pela Comissão de Fiscalização do Contrato, que os aceitarão provisoriamente pela emissão do TERMO DE RECEBIMENTO E INSPEÇÃO DE MATERIAL (doc. Ref. ANEXO IV da Ordem de Serviço "E" n. 14.693/2017).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os materiais e equipamentos entregues fora do almoxarifado serão recepcionados por pelo menos um dos membros da Comissão de Fiscalização do Contrato, que será responsável pela verificação das conformidades, validando a aceitação destes, pela emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO PARA RECEBIMENTO DE MATERIAL FORA DO ALMOXARIFADO (doc. Ref. ANEXO V da Ordem de Serviço "E" n. 14.693/2017).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A documentação acessória aos Termos de Recebimento será a estabelecida pela Gerência de Suprimento, bem como os demais procedimentos e prazos implicados nesse processo.

PARÁGRAFO QUARTO - Para o pagamento de cada nota fiscal será obrigatória a apresentação do(s) citado(s) Termo(s) de Recebimento aprovado(s).

PARÁGRAFO QUINTO - O recebimento de materiais e equipamentos de valor superior a R\$ 150.000,00 deverá ser realizado por uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, conforme OS "E" nº 14.693/2017.

PARÁGRAFO SEXTO - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DO OBJETO

O objeto do contrato será recebido definitivamente ao final, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA, que será produzido após a verificação da qualidade e quantidade da totalidade do material entregue, observando-se as seguintes etapas:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos casos de contratos de ATÉ R\$ 1 MILHÃO, o Gerente do Contrato solicitará à Comissão de Fiscalização designada o Formulário de Acompanhamento da Execução do Contrato (ANEXO II, IN AGE N.º 30), devidamente preenchido e assinado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em seguida, procederá à verificação dos Aceites Provisórios emitidos e, inexistindo impropriedades, emitirá e assinará o Termo de Aceitação Definitiva.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos casos de contratos de VALOR SUPERIOR A R\$ 1 MILHÃO E INFERIOR A R\$ 37,5 MILHÕES, o Gerente do Contrato, além de observar os parágrafos primeiro e segundo desta cláusula, submeterá o Termo emitido à apreciação e assinatura do Diretor da área gestora do contrato. Nesse caso, o Coordenador da Comissão de Fiscalização do Contrato também assinará o Termo de Aceitação Definitiva.

PARÁGRAFO QUARTO - O prazo para emissão do Termo de Aceitação Definitiva será aquele descrito no item 2.2.4 da Ordem de Serviço "E" n. 14.693/17.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA PUBLICAÇÃO

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

PARÁGRAFO ÚNICO - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;

b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;

c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou

e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "*conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública*".

PARÁGRAFO SEXTO - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

PARÁGRAFO DÉCIMO-QUARTO - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual n. 46.366/2018.


CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, as partes elegem o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **03 (três) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2019.

Pela **CEDAE**:



JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores



MARCOS ABI-RAMIA CHIMELLI
Diretor de Saneamento e de Grande
Operação

Pela **CONTRATADA**:



FÁBIO SÉRGIO SALARO
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____

Ref. contr-WALDESA-MOTOMERCANTIL-aquisição-e-inversores-de-frequencia-PE-611-2019-PLDR

EXONERAR JOSÉ LUIZ DE ARAUJO JUNIOR, ID FUNCIONAL Nº 501502-2, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança. Processo nº SEI-12/001/040477/2019.

EXONERAR PRISCILA PEREIRA SILVA COSTA, ID FUNCIONAL Nº 5098031-9, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenadoria de Convênios, da Superintendência de Estratégia e Resultado, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança. Processo nº SEI-12/001/040477/2019.

NOMEAR PRISCILA PEREIRA SILVA COSTA, ID FUNCIONAL Nº 5098031-9, para exercer o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, anteriormente ocupado por José Luiz de Araujo Junior, ID Funcional nº 501502-2. Processo nº SEI-12/001/040477/2019.

NOMEAR JOSÉ LUIZ DE ARAUJO JUNIOR, ID FUNCIONAL Nº 501502-2, para exercer o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenadoria de Convênios, da Superintendência de Estratégia e Resultado, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, anteriormente ocupado por Priscila Pereira Silva Costa, ID Funcional nº 5098031-9. Processo nº SEI-12/001/040477/2019.

NOMEAR RAFAEL OLIVEIRA SANTOS RODRIGUES, ID FUNCIONAL Nº 5005020-6, para exercer, com validade a contar de 04 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais, anteriormente ocupado por Jaqueline Duarte de Paula Coutinho Marques, ID Funcional nº 5008095-4. Processo nº SEI-15/001/040936/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, **JACQUELINE DUARTE DE PAULA COUTINHO MARQUES**, ID FUNCIONAL Nº 5008095-4, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais. Processo nº SEI-15/001/040936/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, **MARCIA GOMES LEONARDO**, ID FUNCIONAL Nº 5023095-6, do cargo em comissão de Ajudante I, símbolo DA-I-1, da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais. Processo nº SEI-15/001/040929/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, **JULIANA NASCIMENTO DOS SANTOS**, ID FUNCIONAL Nº 959602-4, do cargo em comissão de Ajudante I, símbolo DA-I-1, da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais. Processo nº SEI-15/001/040929/2019.

NOMEAR VIVIANE DA SILVA SANTOS, ID FUNCIONAL Nº 4142714-9, para exercer, com validade a contar de 06 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais, anteriormente ocupado por Anna Cecília Amaral Albernaz, ID Funcional nº 4341722-6. Processo nº SEI-15/001/040899/2019.

NOMEAR RAFAEL EDUARDO ELLER para exercer, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DA-II-6, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais, anteriormente ocupado por Antonio Fechine Sampaio, ID Funcional nº 5101386-0. Processo nº SEI-22/002/003852/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 04 de novembro de 2019, **SILVANA VALERIA DE OLIVEIRA PEREIRA**, ID FUNCIONAL Nº 2638105-2, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenação de Enfermagem, da Superintendência de Unidades Hospitalares I, Metro I, Médio Paraiíba, Baía da Ilha Grande, da Subsecretaria de Gestão da Atenção Integral à Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde. Processo nº SEI-08/001/039705/2019.

NOMEAR ISABELA FIGUEIREDO MADUREIRA para exercer, com validade a contar de 04 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenação de Enfermagem, da Superintendência de Unidades Hospitalares I, Metro I, Médio Paraiíba, Baía da Ilha Grande, da Subsecretaria de Gestão da Atenção Integral à Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde, anteriormente ocupado por Silvana Valeria de Oliveira Pereira, ID Funcional nº 2638105-2. Processo nº SEI-08/001/039705/2019.

NOMEAR SILVANA VALERIA DE OLIVEIRA PEREIRA, ID FUNCIONAL Nº 2638105-2, para exercer, com validade a contar de 04 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Superintendência de Unidades Hospitalares I, Metro I, Médio Paraiíba, Baía da Ilha Grande, da Subsecretaria de Gestão da Atenção Integral à Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde, anteriormente ocupado por Elson Santos de Oliveira, ID Funcional nº 439806-7. Processo nº SEI-08/001/039705/2019.

EXONERAR KAYO VINICIUS MACHADO ROMAY, ID FUNCIONAL Nº 50824805 do cargo em comissão de Assessor Técnico, símbolo DAS-8, da Assessoria Técnica, da Diretoria de Licenciamento Ambiental, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-07/002/003778/2019.

NOMEAR KAYO VINICIUS MACHADO ROMAY, ID FUNCIONAL Nº 50824805, para exercer o cargo em comissão de Adjunto I, símbolo DA-I-4, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, anteriormente ocupado por Maria Alice Manhães dos Santos, ID Funcional nº 5080057-7. Processo nº SEI-07/002/003778/2019.

NOMEAR GUILHERME JANDRE DELAROLI, ID FUNCIONAL Nº 2509042-9, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico, símbolo DAS-8, da Assessoria Técnica, da Diretoria de Licenciamento Ambiental, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, anteriormente ocupado por Kayo Vinicius Machado Romay, ID Funcional nº 50824805. Processo nº SEI-07/002/003778/2019.

EXONERAR VANESSA DA CONCEIÇÃO COELHO TEIXEIRA, ID FUNCIONAL Nº 4374318-8, do cargo em comissão de Gerente, símbolo DAS-7, da Gerência das Unidades de Conservação, da Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-07/002/003778/2019.

NOMEAR MAURICILIO RODRIGUES DE SOUZA, ID FUNCIONAL Nº 507454-5, para exercer o cargo em comissão de Gerente, símbolo DAS-7, da Gerência das Unidades de Conservação, da Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, anteriormente ocupado por Vanessa da Conceição Coelho Teixeira, ID Funcional nº 4374318-8. Processo nº SEI-07/002/003778/2019.

EXONERAR, a pedido, **CARLOS AUGUSTO SANTOS VALADÃO II**, ID FUNCIONAL Nº 5097727-0, do cargo em comissão de Adjunto II, símbolo DA-II-2, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-07/002/003778/2019.

NOMEAR UILTON AFONSO VIANA FILHO para exercer o cargo em comissão de Adjunto II, símbolo DA-II-2, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, anteriormente ocupado por Carlos Augusto Santos Valadão II, ID Funcional nº 5097727-0. Processo nº SEI-07/002/003778/2019.

NOMEAR ELISA DO NASCIMENTO MOTTA para exercer, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Paulo César de Oliveira. Processo nº SEI-02/007/002447/2019.

NOMEAR TATIANA FERREIRA NOVO para exercer, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DA-II-6, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Patrícia de Paula Marnis. Processo nº SEI-02/007/002447/2019.

NOMEAR DÉBORA CERQUEIRA DE MORAES para exercer, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DA-II-6, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Rosicler Nunes Ferraz. Processo nº SEI-02/007/002451/2019.

NOMEAR JORGE ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA para exercer, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DA-II-6, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Naiara Fernandes Rodrigues Gomes. Processo nº SEI-02/007/002453/2019.

NOMEAR DIOGO CARDOSO CAMPOS para exercer, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Amilton Scarpini Lopes. Processo nº SEI-02/007/002448/2019.

NOMEAR DENIZE DA SILVA TEYARA para exercer, com validade a contar de 05 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, anteriormente ocupado por Naira da Silva Moreira, ID Funcional nº 5089695-4. Processo nº SEI-31/003/001525/2019.

NOMEAR CARLA DE LIMA RIBEIRO para exercer, com validade a contar de 05 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, anteriormente ocupado por Camilla Gimenez Moraes, ID Funcional nº 50996088-1. Processo nº SEI-31/003/001523/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de outubro de 2019, **ANDREIA MAXIMO DA COSTA PEREIRA RODRIGUES**, ID FUNCIONAL Nº 5085233-7, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Fundação para a Infância e Adolescência - FIA/RJ, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos. Processo nº SEI-31/003/001365/2019.

NOMEAR BRUNO SILVA ANDRIOTTI, ID FUNCIONAL Nº 50792095-1, para exercer, com validade a contar de 14 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Fundação para a Infância e Adolescência - FIA/RJ, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, anteriormente ocupado por Andreia Maximo da Costa Pereira Rodrigues, ID Funcional nº 5085233-7. Processo nº SEI-31/003/001366/2019.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 05 de novembro de 2019, **ANDRE LUIZ FERREIRA DE SOUZA** do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado das Cidades. Processo nº SEI-33/018/001520/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, **NATHALIA DE SOUZA DA SILVA ORNELLAS**, ID FUNCIONAL Nº 5095823-2, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Coordenadoria de Regime Disciplinar, da Superintendência de Regime Disciplinar, da Corregedoria Geral do Estado, da Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro - CGE. Processo nº SEI-32/001/039297/2019.

NOMEAR LUIS CLAUDIO MARTINEZ MESQUITA para exercer, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, anteriormente ocupado por Daniel de Santa Cruz Freitas, ID Funcional nº 5015930-5. Processo nº SEI-22/002/003757/2019.

APOSTILAS DO SECRETÁRIO DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

ATO DE 04/11/2019 - D.O. DE 05/11/2019 - Tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-33/018/001482/2019, fica esclarecido que a nomeação de **MARCUS VINICIUS BRIGIDO COSTA** a quem se refere o presente Ato para exercer cargo em comissão da estrutura da Secretaria de Estado de Cidades, produzirá efeitos a contar de 01 de novembro de 2019.

ATO DE 04/11/2019 - D.O. DE 05/11/2019 - Tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-07/002/004115/2019, fica esclarecido que a exoneração de **VIVIANE DA SILVA SANTOS** a quem se refere o presente Ato de cargo em comissão da estrutura da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, produzirá efeitos a contar de 01 de novembro de 2019.

ATO DE 24/10/2019 - D.O. DE 25/10/2019 - Tendo em vista o que consta do Processo nº E-16/004/1820/2019, fica retificado para 25 de outubro de 2019, a validade da nomeação de **Adriane Luisa da Silveira**, a quem se refere o presente Ato do cargo em comissão da estrutura da Fundação Leão XIII, da Vice-Governadoria do Estado, mantidos os demais

ATO DE 23/10/2019 - D.O. DE 24/10/2019 - Tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-02/007/002010/2019, fica retificado para **SEBASTIÃO ANTONIO DE REZENDE** o nome do servidor a quem se refere o presente Ato de nomeação, para exercer cargo em comissão da estrutura da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, mantidos os demais termos.

ATO DE 21/10/2019 - D.O. DE 22/10/2019 - Tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-02/007/002007/2019, fica retificado para **NAIRA FRANCIS SANTOS CARVALHO** o nome da servidora a quem se refere o presente Ato de nomeação, para exercer cargo em comissão da estrutura da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, mantidos os demais termos.

ATO DE 02/10/2019 - D.O. DE 03/10/2019 - Tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-22/001/001953/2019, fica retificado para 01 de outubro de 2019, a validade da exoneração de **ADRIANE ABREU DE SOUZA** a quem se refere o presente Ato de cargo em comissão da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais mantidos os demais termos.

ATO DE 16/09/2019 - D.O. DE 17/09/2019 - Tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-22/001/001953/2019, fica retificado para 11 de setembro de 2019, a validade da nomeação de **CELSO SÁ BASTOS JUNIOR** a quem se refere o presente Ato para exercer o cargo em comissão da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais mantidos os demais termos.

Id: 2219562

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

*PORTARIA CEPERJ/PR Nº 8622 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

DESIGNA GESTOR, PARA AS ATIVIDADES RELACIONADAS AO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO Nº 001/2015.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO - FUNDAÇÃO CEPERJ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº E-12/12/18/257/2019, e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da administração e altera o Decreto nº 42.301/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o servidor **MARCOS FERREIRA**, Chefe da Divisão de Apoio e Logística, Id. Funcional nº 3215568-9, a gestão do instrumento relacionado nesta Portaria assim como a elaboração e a apresentação do processo de prestação de contas.

Processo Administrativo	Instrumento	Parte
E-12/18/628/2019	001/2018	Trivale Administração LTDA

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 05 de novembro de 2019

MARIO DE ARAUJO ALMEIDA NETO
Presidente

*República por incorreção no original publicada no D.O. de 06/11/2019.

Id: 2219371

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 01/11/2019

DESIGNA ERASMO PIRAMA DA SILVA JUNIOR, Agente de Saneamento H, como Presidente, **MARCUS VINICIUS BORGES ROSSI**, Engenheiro C e **WAGNER GONCALVES MONTEIRO**, Agente de Saneamento H, como membros titulares e **FRANCISCO JOSÉ MEMIGETTE PAULO**, Agente de Saneamento H, como membro suplente, Gerente do Contrato **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II e **ALESSANDRO DA CUNHA MOREIRA**, Agente Administrativo F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a AQUISIÇÃO DE INVERSORES DE FREQUENCIA COM CLP INCORPORADO PARA ACIONAMENTO, AUTOMAÇÃO E CONTROLE DE VELOCIDADE DE MOTORES ELÉTRICOS, de que trata o Processo nº E-07/100/00873/2018, Ordem de Serviço P/FIS Nº 26.679-02/2019.

Id: 2219373

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 04/11/2019

DESIGNA JOSE JORGE DE SOUZA ROSSI, Engenheiro C, como Presidente, **FABIO DIAS BARROS**, Engenheiro D e **ROBERTO BIANCHINI ANTONIO**, Agente de Saneamento G, como membros titulares e **ALEXANDRE DE ARAUJO MARQUES**, Agente de Saneamento I, como membro suplente, Gerente do Contrato **JOSE RIBAMAR GOMES DE SENNA JUNIOR**, Agente de Saneamento I e **JORGE ALCI FERREIRA RODRIGUES**, Agente Administrativo F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada aos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MANUTENÇÃO DE MOTORES NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA DIRETORIA DO INTERIOR EM LOTE II, de que trata o Processo nº E-17/100/4072/2015, Ordem de Serviço P/FIS Nº 23.315-02/2019. Revoga O.S. P/FIS Nº 23.315-01/2019.

Id: 2219374

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 05/11/2019

DESIGNA ALEXANDRE OLIVEIRA PEREIRA, Agente de Saneamento F, como Presidente, **MAURO SYLVESTRE ARAUJO NUNES DA SILVA**, Engenheiro C, **AUGUSTO JOSE GRAVATO RODRIGUES**, Técnico de Saneamento II, **FLAVIO GUSMAN**, Agente de Saneamento H, **CARLOS TADEU FERREIRA DE SOUZA**, Agente de Saneamento E, como membros titulares e **MARIO ANGELO GAZOS LOPES**, Agente de Saneamento H, como membro suplente. Gerente do Contrato **DAMIAO BARBOSA**, Agente Administrativo F e **JUSSARA SEIA FERREIRA**, Agente Administrativo E, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada aos "SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, ATRAVÉS DE EQUIPAMENTOS DE SUCCÃO, ASPIRAÇÃO E HIDROJATEAMENTO DE ALTA PRESSÃO, DO SISTEMA DE ESGOTOAMENTO URBANO, DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO", de que trata o Processo nº E-07/100/463/2019, Ordem de Serviço P/FIS Nº 26.574-01/2019, Revoga O.S. P/FIS Nº 26.574-00/2019.

Id: 2219280

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 04/11/2019

DESIGNA JOSE JORGE DE SOUZA ROSSI, Engenheiro C, como Presidente, **SANDRO ARANTES DRUMOND COUTINHO**, Agente de Saneamento I e **JUDAS TADEU FAJARDO VALENTE**, Agente de Saneamento I, como membros titulares e **ALEXANDRE DE ARAUJO MARQUES**, Agente de Saneamento I, como membro suplente. Gerente do Contrato **JOSE RIBAMAR GOMES DE SENNA JUNIOR**, Agente de Saneamento I e **JORGE ALCI FERREIRA RODRIGUES**, Agente Administrativo F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada aos SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO DE MOTORES NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA DIRETORIA DO INTERIOR EM LOTE II, de que trata o Processo nº E-17/100/4072/2015, Ordem de Serviço P/FIS Nº 23.316-02/2019. Revoga O.S. P/FIS Nº 23.316-01/2019.

Id: 2219375

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 04/11/2019

DESIGNA JOSE JORGE DE SOUZA ROSSI, Engenheiro C, como Presidente, **FERNANDO AUGUSTO DE ABREU ARRUDA**, Agente de Saneamento I e **ANDRE ALCANTARA DE FARIA**, Engenheiro D, como membros titulares e **ALEXANDRE DE ARAUJO MARQUES**, Agente de Saneamento I, como membro suplente. Gerente do Contrato **JOSE RIBAMAR GOMES DE SENNA JUNIOR**, Agente de Saneamento I e **JORGE ALCI FERREIRA RODRIGUES**, Agente Administrativo F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada aos SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO DE MOTORES NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA DIRETORIA DO INTERIOR EM LOTE III, de que trata o Processo nº E-17/100/4072/2015, Ordem de Serviço P/FIS Nº 23.317-02/2019. Revoga O.S. P/FIS Nº 23.317-01/2019.

Id: 2219376

ANEXO II- DPE/RJ

Os lotes abaixo estão relacionados ao art. 402 (Ant. art. 356 da Res. nº 01/00 da Consolidação Normativa)

LOTE	ANO	JUIZ	PROCESSO Nº	AUTORIZAÇÃO
1576	2017	Cartório da 3ª Vara Cível - Comarca de Alcântara	0021534-69.2018.8.19.0087	173/2017MND
1537	2018	Cartório da 3ª Vara Cível - Comarca de Itaboraí	0028363-64.2018.8.19.0023	274/2018MND
1055	2018	Cartório da 32ª Vara Cível - Comarca da Capital	0497700-15.2014.8.19.0001	650/2018MND
1608	2019	Cartório da 3ª Vara Cível - Regional de Jacarepaguá	0051065-51.2013.8.19.0203	274/2018MND
2324	2019	Cartório da 3ª Vara Cível - Regional da Barra da Tijuca	000261-51.2019.8.19.0209	1022/2019MND
2546	2019	Cartório da 4ª Vara Cível - Regional de Madureira	0019281-63.2012.8.19.0202	131/2018MND
2850	2019	Cartório da 1ª Vara Cível - Comarca da Capital	0393847-24.2013.8.19.0001	597/2019MND
2861	2019	Cartório da 3ª Vara Cível - Regional da Barra da Tijuca	0018792-64.2014.8.19.0209	1154/2019MND
2993	2019	Cartório da 38ª Vara Cível - Comarca da Capital	0001167-41.1986.8.19.0001	394/2019MND
2994	2019	Cartório da 2ª Vara Cível - Comarca de São João de Meriti	0081854-29.2012.8.19.0054	778/2019MND
2995	2019	Cartório da 23ª Vara Cível - Comarca da Capital	0023492-18.2017.8.19.0001	772/2019MND
3096	2019	Cartório da 1ª Vara Cível - Comarca de Mesquita	0181449-83.2011.8.19.0008	110/2019MND
3098	2019	Cartório da 6ª Vara Cível - Comarca de Duque de Caxias	0018529-09.2017.8.19.0021	2107/2019MND
3118	2019	Cartório da 31ª Vara Cível - Comarca da Capital	0112003-31.2016.8.19.0001	319/2019MND

ASSESSORIA DE EMPRESAS EM LIQUIDAÇÃO
Centrais Elétricas Fluminenses S.A. - CELF "Em Liquidação"
CNPJ: 30.066.659/0001-67

EXTRATO DE TERMO

CONVÊNIO Nº 14/2019: firmado em 22/10/2019. **Processo nº E-12/215/2019**, celebrado entre Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Procuradoria Geral do Estado e as Centrais Elétricas Fluminenses S.A. - CELF "Em Liquidação". **OBJETO:** O presente Convênio é a soma dos esforços dos participantes com o objetivo comum de assegurar a representação judicial pela Procuradoria Geral do Estado nos processos nos quais a CELF S.A. "Em Liquidação" figure como parte ou interessada, exclusivamente no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. **PRazo:** 60 meses, podendo ser prorrogado pela vontade dos participantes. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei Complementar nº 15, de 25 de novembro de 1980; Decreto Estadual nº 40.500, de 01 de janeiro de 2007, com redação dada pelo Decreto Estadual nº 46.652, de 01 de janeiro de 2019, e demais disposições legais aplicáveis.

Id: 2219247

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DE PREGÃO

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO DA FUNDAÇÃO CEPRJ torna público que fará realizar no portal sistema integrado de gestão de aquisições:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 001/2019.
TIPO: Menor Preço Global.
DATA DA ABERTURA: 21/11/2019.
PRazo PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até as 10.00 horas.
LOCAL: www.compras.rj.gov.br
OBJETO: Contratação de locação de detectores de metal.
VALOR ESTIMADO: R\$ 129.250,00.
PROCESSO Nº E-12/215/2019.

O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: www.compras.rj.gov.br. As dúvidas podem ser esclarecidas através do telefone (21) 2334-7146, ou através do e-mail pregao@ceprj.rj.gov.br.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 152/2019 (DSG).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a WELDES MOTOMERCANTIL LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE INVERSORES DE FREQUÊNCIA COM CLIP INCORPORADO PARA AÇÃOAMENTO, AUTOMAÇÃO E CONTROLE DE VELOCIDADE DE MOTORES ELÉTRICOS.
PRazo: 120 (cento e vinte) dias.
VALOR: R\$ 108.457,88 (cento e oito mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e oito centavos).
DATA DE ASSINATURA: 31/10/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.873/2018 - Pregão Eletrônico nº 611/2019.

Id: 2219380

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 140/2019 (DRI).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a ELETRO JULIFER LTDA EPP.
OBJETO: remanescente do CONTRATO n.º 086/2017 (DI), que teve por objeto a prestação dos SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO DE MOTORES NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA DIRETORIA DO INTERIOR, EM LOTES I, II, III, IV e V.
PRazo: até o dia 12 de Agosto de 2020.
VALOR: R\$ 1.032.999,97 (um milhão, trinta e dois mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos).
DATA DE ASSINATURA: 28/10/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.407/2015 (Dispensa de Licitação nº 002/2019 - DRI).

Id: 2219381

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 151/2019 (DSG).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a WELDES MOTOMERCANTIL LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE INVERSORES DE FREQUÊNCIA COM CLIP INCORPORADO PARA AÇÃOAMENTO, AUTOMAÇÃO E CONTROLE DE VELOCIDADE DE MOTORES ELÉTRICOS.
PRazo: 120 (cento e vinte) dias.
VALOR: R\$ 308.633,04 (trezentos e oito mil seiscentos e trinta e três reais e quatro centavos).
DATA DE ASSINATURA: 31/10/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.873/2018 - Pregão Eletrônico nº 611/2019.

Id: 2219382

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 153/2019 (DSG).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a WEG DRIVERS E CONTROLS - AUTOMOCÃO LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE INVERSORES DE FREQUÊNCIA COM CLIP INCORPORADO PARA AÇÃOAMENTO, AUTOMAÇÃO E CONTROLE DE VELOCIDADE DE MOTORES ELÉTRICOS.
PRazo: 120 (cento e vinte) dias.
VALOR: R\$ 358.364,70 (trezentos e cinquenta e oito mil trezentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: 31/10/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.873/2018 - Pregão Eletrônico nº 611/2019.

Id: 2219383

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 05 ao Contrato CEDAE nº 102/2015 (DI).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a TRANSPORTES MUCHELIN LTDA.
OBJETO: Reratificação de itens da planilha orçamentária, referente ao Contrato nº 102/2015 (DI).
PRazo: Sem alteração do prazo contratual.
VALOR: R\$ 283.255,76 (duzentos e oitenta e três mil duzentos e cinquenta e cinco reais e setenta e seis centavos), correspondente a um acréscimo de 5,59% (cinco vírgula cinquenta e nove por cento) do valor inicialmente contratado.
DATA DE ASSINATURA: 05/11/2019.
FUNDAMENTO: Processo nº E-17/100.371/2015 - Pregão Eletrônico nº 056/2015 (ASL-DP).

Id: 2219430

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 070/2016 (DG).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a CILCA AMBIENTAL DO BRASIL S.A..
OBJETO: Alteração do valor constante na cláusula sexta contratual, DO PREÇO E MEDIÇÃO, considerando a alteração da tarifa cobrada pela prestação de serviços, passando de R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) para R\$ 45,04 (quarenta e cinco reais e quatro centavos) por metro cúbico, e Alteração da tarifa de referência (P) de efluente público para atividade industrial".
PRazo: Sem alteração do prazo contratual.
VALOR: Sem alteração do valor contratual.
DATA DE ASSINATURA: 04/11/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.659/2018.

Id: 2219379

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 658/2019 - ADPR-31
OBJETO: "SERVIÇOS DE COLETA DE AMOSTRAS DE ÁGUA, ANÁLISE DE CAMPO, CONTROLE E LOGÍSTICA DE PLANO DE AMOSTRAGEM, PARA CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA NA REGIÃO DO INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO".
DATA DA ETAPA DE LANCES: 22/11/2019 Horário: 11:00 horas
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedee.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas folhas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Terço/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3837, no horário de 08h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2219289

Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 028/2019.
PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FJPREV.
OBJETO: CESSÃO DE USO de bens móveis, doravante designado simplesmente OBJETO DA CESSÃO DE USO, pertencente ao ESTADO em favor da CESSIONÁRIA, transferindo-lhe, por conseguinte, em caráter provisório, a sua posse e a responsabilidade.
PRazo: 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação.
DATA DE ASSINATURA: 05/11/2019
FUNDAMENTO: Lei nº 287/1979
PROCESSO Nº: SEI-04/182/001769/2019

Id: 2219407

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA FISCAL ESPECIALIZADA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - AFE10

EDITAL

O AUDITOR FISCAL CHEFE DA AFE10 - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, no uso de suas atribuições legais, convoca o responsável pelo contribuinte, abaixo citado, para comparecer à Repartição Fiscal, situada na Avenida Presidente Vargas nº 670 - 4º andar, Centro - RJ, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a fim de tomar ciência da Nota de Lançamento nº 51007/19, lavrada pela Auditoria Fiscal da Receita Estadual Michelle Bagueira Considera Sapucoti, Mat. 3000061-6, realizada através do RAF nº 524.499-22 - 08PROC.

EMPRESA: SEREU RIOS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 05.215.683/0001-18
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 77.450.661
ENDEREÇO: Av. Automovel Clube S/N Lote 05/06 Quadra 3, Parque Paulista - Duque de Caxias - RJ - Brasil - CEP 25261-320
NÚMERO DO PROCESSO Nº: E-04/043/112/2019

Id: 2219287

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARADISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS AOS RELATORES
MEDIANTE SORTEIO

Aos 11 dias do mês de novembro de 2019, às onze horas e trinta minutos, em sessão a ser realizada pela Quarta Câmara deste Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro, serão distribuídos, mediante sorteio realizado pelo(a) Representante da Fazenda presente à respectiva Sessão, os seguintes Recursos:

RECURSOS VOLUNTÁRIOS	CONTRIBUINTES
74.757, 74.758, 74.759, 74.760, 74.761, 74.762, 74.763 e 74.764	SENDAS DISTRIBUIDORA S/A
RECURSOS DE OFÍCIO	CONTRIBUINTES
75.122	QUISSAMÁ INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA
75.140	N MINAS TRANSPORTE E LOCAÇÕES LTDA
75.141 e 75.143	CALCADOS ITAPUÁ S/A - CISA
75.148	CERVEJARIA VICOSA BIER LTDA
75.180	A GERADORA ALUGUEL DE MÁQUINAS S/A

Id: 2219388

Secretaria de Estado de Desenvolvimento
Econômico, Emprego e Relações Internacionais

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

"INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº 04/2019.
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2019.
PARTES: Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON-RJ, e a PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA;
OBJETO: Prestação de serviços de limpeza predial;
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-22/013/73/2019;
PRazo: 24 (vinte e quatro) meses;
VALOR: R\$ 246.132,00 (duzentos e quarenta e seis mil cento e trinta e dois reais).
Omissão do D.O. 01/11/2019.

Id: 2219332

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Convênio.
PARTES: Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA e Controladoria Geral do Estado - CGE.
OBJETO: Disponibilização de procedimento de consulta ao cadastro de empresas e de visualização de documentos digitalizados.
VIGÊNCIA: 22/10/2019 a 21/10/2024.
DATA DA ASSINATURA: 22 de outubro de 2019
FUNDAMENTO DO ATO: Lei nº 8.666/93.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: SEI-22/011/00029/2019.

Id: 2219286



AGETRANS

ouvidoria@agetrans.rj.gov.br
www.agetrans.rj.gov.br

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCRETOS DE TRANSPORTES AQUAVIAIS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE SERVIÇOS DE ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OUVIDORIA

0800 285 9796

Bom dia, Boa tarde e Boa noite! Estamos aqui para você.



ouvidoria@agetrans.rj.gov.br
www.agetrans.rj.gov.br